



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
CNPJ 46.151.718/0001-80
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT), ABRANGENDO O LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, NORMAS REGULAMENTADORAS E ATENDENDO À PADRONIZAÇÃO DE CÓDIGOS, LEIAUTES, TABELAS E RUBRICAS PARA PREENCHIMENTO DOS EVENTOS DO PORTAL E-SOCIAL DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

1.1- ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional deverá ser elaborado em conformidade com a NR-07. O Programa de Gerenciamento de Riscos deverá ser elaborado em conformidade com a NR-01. O Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho deverá estar de acordo com a Lei 8.213/1991, decreto 3.048/99 e instrução normativa 128/2022. O LTCAT deve contemplar os laudos de insalubridade (conforme NR-15) e periculosidade (conforme NR-16), deve conter informações sobre o enquadramento dos servidores nas condições de aposentadoria especial conforme o manual GFIP/SEFIP (taxa de GFIP) e servir de base para a elaboração do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), abordando informações de exposição a fatores de risco elencadas na tabela 15 da resolução normativa 128/2022, e inserção dos códigos dos agentes nocivos de acordo com o Novo Leiaute do e-Social Simplificado (tabelas 02 e 24). As informações previdenciárias devem ser elaboradas de acordo com os leiautes, tabelas e rubricas nos padrões exigidos pelo e-Social para inserção das informações dos servidores da Prefeitura Municipal de Birigui nesse sistema.

O PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) tem o objetivo de preservar e proteger a saúde dos trabalhadores em relação aos riscos decorrentes das funções desempenhadas nas atividades laborativas. A NR-7 estabelece diretrizes para acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores, envolvendo principalmente o rastreamento e identificação precoce de agravos à saúde, detecção de possíveis exposições excessivas a agentes nocivos, avaliação de aptidão para o desempenho de determinadas funções, subsidiar e monitorar medidas de prevenção contra riscos ocupacionais, entre outras. As avaliações das condições laborais dos trabalhadores são realizadas mediante a realização de exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de risco ocupacional e demissional.

O PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) é o conjunto de ações que estabelecem melhorias na condição de exposição dos trabalhadores de modo a eliminar, reduzir ou controlar os riscos ocupacionais. A NR-1 é a norma que estabelece as disposições gerais que visam requisitos



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
CNPJ 46.151.718/0001-80
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho – SST.

O LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho) é o documento técnico que avalia as funções qualitativa e quantitativamente quanto à exposição dos trabalhadores a agentes nocivos em decorrência das atividades laborais desempenhadas. Esse laudo determina se o trabalhador teria direito a percepção de Aposentadoria Especial, além de servir de base para a elaboração do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

O LI (Laudo de Insalubridade) é o relatório técnico que avalia a exposição do trabalhador à agentes de risco físico, químico e biológico. A NR-15 é a norma que estabelece os limites de tolerância para as avaliações de critério quantitativo, e lista qualitativamente as condições de trabalho consideradas insalubres.

O LP (Laudo de Periculosidade) é o relatório técnico que avalia a exposição do trabalhador a condições de perigo, como risco de graves lesões e ou perigo de morte. A NR-16 é a norma que estabelece as condições de trabalho consideradas perigosas, dentre elas operações com explosivos, com produtos inflamáveis, contato com substâncias radioativas, atividades que exponham a risco de violência física, entre outras.

Foi feita uma estimativa da quantidade de funcionários na Prefeitura Municipal de Birigui com base nos dados do sistema do departamento de Recursos Humanos, sendo 3.416 servidores trabalhando em 145 divisões e secretarias. Algumas divisões possuem servidores em locais diferentes. Esse número de servidores pode sofrer pequenas variações de acordo com a entrada e saída de funcionários no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Birigui. A descrição detalhada do número de servidores e dos cargos desempenhados em cada divisão foram inseridos no ANEXO I.

1.2 - DO PRAZO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os laudos devem ser entregues na Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho para que sejam avaliados. O Engenheiro e o Técnico de Segurança do Trabalho serão responsáveis pela avaliação dos laudos, verificando se os mesmos se encontram em conformidade com o serviço contratado. No caso de eventuais desconformidades ou incorreções nos laudos técnicos entregues, os mesmos deverão comunicar a CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis para que qualquer questionamento seja sanado dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da comunicação.

O horário de expediente regular das secretarias da Prefeitura Municipal de Birigui e suas divisões é de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 para a maioria dos departamentos. Esse deve ser o horário em que as visitas, avaliações e procedimentos de medição devem ser realizados, salvo nos departamentos que funcionem em horário distinto e nos quais a realização das medições nesse horário possam prejudicar as análises.

No caso da CONTRATADA utilizar nas avaliações dos servidores o critério de grupo homogêneo de acordo com as funções desempenhadas, a CONTRATADA deve tomar o cuidado de verificar quais servidores exercem a mesma rotina (funções desempenhadas) em vez de segmentar apenas por cargo ou função. Essa medida é solicitada tendo em vista que a prefeitura possui muitos



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
CNPJ 46.151.718/0001-80
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

servidores contratados para determinados cargos, mas nem todos desempenham rigorosamente as mesmas funções, variando a exposição a determinados riscos conforme a rotina de trabalho.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista as recentes alterações na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Birigui, como no quadro de funcionários, funções laborativas e setores criados com a reforma, existe a necessidade de atualização dos laudos do PCMSO, PGR E LTCAT, abrangendo os laudos de insalubridade e periculosidade, para que a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho tenha embasamento para avaliar as condições laborais dos servidores e também para alimentar o sistema e-Social com as informações dos servidores da Prefeitura Municipal de Birigui.

Os Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade são obrigatórios e servem de base para que o corpo técnico da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho possam avaliar os pedidos de concessão de adicional de insalubridade e periculosidade requeridos pelos servidores da Prefeitura Municipal de Birigui. A avaliação dos pedidos é feita mediante análise das condições permanentes ou habituais de exposição dos servidores à agentes de risco biológicos, físicos e químicos no desempenho das funções.

Com base no estudo técnico preliminar realizado, concluiu-se que a melhor solução seria pela contratação de uma empresa especializada do ramo de Segurança e Medicina do Trabalho para a elaboração dos laudos.

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A opção pela licitação dos laudos é vantajosa para a administração devido à contratação do serviço como um todo, desde o levantamento feito no local de trabalho, abrangendo as medições nos casos aplicáveis, até a elaboração do laudo técnico. Embora a Prefeitura Municipal de Birigui tenha uma divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, a elaboração dos laudos é uma atividade esporádica e demandaria recursos adicionais à divisão que ficariam subutilizados após a conclusão dos laudos, sendo mais vantajosa a contratação da realização do serviço.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As medições deverão ser realizadas por aparelhos com certificado de calibração dentro do prazo de validade, e calibrados por laboratório que siga as regulamentações de calibragem do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Se o laboratório responsável pela calibragem não fizer parte da Rede Brasileira de Calibração (RBC), rede de laboratórios credenciados pelo INMETRO, será necessário enviar também uma cópia do padrão de calibração utilizado pelo laboratório, documento conhecido como “Rastreabilidade da Medição”. Uma cópia do certificado de calibração, e do documento de “Rastreabilidade da Medição” deve ser anexado ao laudo.

As medições devem ser realizadas de acordo com as Normas Técnicas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 3.214/78), em especial as NRs 07, 09, 10, 15, 16,



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
CNPJ 46.151.718/0001-80
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

17, 32, Decreto nº 93.412/86, Normas de Higiene Ocupacional (NHO) da Fundacentro, normas pertinentes da ANVISA, e a Constituição Federal de 1988.

Caso haja a necessidade de locação de equipamentos de medição a empresa CONTRATADA deve arcar com as despesas e também se responsabilizar pela verificação de conformidade dos aparelhos às necessidades de medição, assim como verificar se as certificações de calibração estão dentro do prazo.

As medições necessárias para a elaboração dos laudos devem ser realizadas em horário de funcionamento das respectivas unidades. As medições realizadas deverão ser feitas ou acompanhadas por um técnico em segurança do trabalho registrado no Ministério do Trabalho e que tenha conhecimento na operação dos aparelhos.

A empresa CONTRATADA deverá garantir os custos com transporte dos seus funcionários até os locais onde serão elaborados os laudos e seu retorno à localidade de origem; também deverá arcar com os custos dos materiais e quaisquer outros insumos utilizados na elaboração dos laudos ou nas medições realizadas.

A atuação dos profissionais fornecidos pela CONTRATADA não gerará vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

O descumprimento do contrato por parte da CONTRATADA sujeitará as sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2015, cujo teor encontra-se disponível no sítio virtual “www.birigui.sp.gov.br”, menu “legislação”.

4.1 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA:

É exigido da empresa CONTRATADA que o médico responsável pela coordenação e elaboração do PCMSO tenha registro no ativo CRM (Conselho Regional de Medicina) e RQE (Registro de Qualificação de Especialista) na área de medicina do trabalho.

O responsável pela coordenação e elaboração dos laudos LTCAT, LI e LP deverá ter formação em engenharia de segurança do trabalho (ou especialização) e possuir registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Se o responsável pelos laudos for médico do trabalho, será necessário ter registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na área de medicina do trabalho.

A elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é designado aos profissionais com formação em engenharia de segurança do trabalho (ou especialização) e tecnólogos em segurança do trabalho para atender os requisitos da NR1 e demais normas regulamentadoras.

4.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Entrega dos laudos previstos no edital e disponibilizar uma cópia em arquivo digital editável para eventuais cópias em caso de necessidade.



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
CNPJ 46.151.718/0001-80
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

4.5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Responsabilizar-se pela lavratura do contrato, com base nas disposições da legislação em vigor.

Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a despesa quando da aquisição formal.

A CONTRATANTE deverá fornecer uma lista completa e atualizada dos servidores, contendo nome, lotação e cargo ocupado.

Emitir Nota de Empenho em favor da licitante a quem foram adjudicados os objetos do certame licitatório.

Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos do certame que a contratada entregar fora das especificações do edital e seus anexos.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A aquisição do PCMSO, PGR e do LTCAT foram feitos conjuntamente porque os serviços envolvem a análise de risco ocupacional do ambiente de trabalho. A contratação separada exigiria que empresas licitantes diferentes deslocassem seus profissionais separadamente para avaliar cada departamento encarecendo a prestação do serviço. Adicionalmente a contratação de uma única empresa favorece a elaboração de laudos mais coesos tendo em vista a maior integração entre os profissionais da empresa do que se fossem contratadas empresas distintas.

06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Serão gestores do presente contratos os seguintes servidores:

Nome: Alex Coelho da Silva

Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho

Nome: Beatriz Akemi Okuma

Cargo: Diretora de Gestão de Pessoas

Nome: Fúlvio Leandro Bruno

Cargo: Chefe da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 - Prazo do serviço:

O prazo máximo de conclusão dos serviços é de 12 (doze) meses.



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
CNPJ 46.151.718/0001-80
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

7.2 – Cronograma de execução:

Devido à diferente complexidade dos setores, foram criadas classificações para identificar os setores com maior número de funcionários, funções e exposição ao risco. A empresa contratada deverá dar prioridade aos setores das secretarias de Serviços Públicos, Meio Ambiente, Mobilidade, Saúde e Obras nos primeiros 6 (seis) meses de contrato, devendo entregar no mínimo 2 (dois) e máximo 3 (três) laudos referentes aos setores de maior complexidade; mínimo 2 (dois) e máximo 3 (três) laudos de setores de média complexidade; mínimo 5 (cinco) e máximo 8 (oito) laudos de baixa complexidade a cada mês.

Justificam-se as variações nas quantidades de laudos a serem entregues por mês definidos com mínimo e máximo, pelo motivo da empresa contratada fazer necessário medições de amostras que apresentam riscos laborais e encaminhá-las a laboratórios específicos, ficando a depender do resultado das amostras analisadas nos primeiros 6 (seis) meses.

Os 6 (seis) meses restantes do contrato não há quantidade mínima de laudos dos setores de média e baixa complexidade, porém a empresa deve se organizar para cumprir a entrega dentro do prazo de 12 (doze) meses estabelecido para realização do serviço. O ANEXO I mostra a relação dos setores, número de servidores por função e avaliação de complexidade estabelecida pela Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Birigui.

7.3 - Prazo para pagamento:

O pagamento será por laudo, sendo contabilizada a quantidade de laudos recebidos até o último dia do mês. Após a entrega dos laudos e documentos de cobrança, o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada, e seus vencimentos e eventuais pagamentos ocorrerão em até 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota válida.

7.4 - Medidas Acauteladoras:

Consoante ao artigo 45 da lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O critério de seleção será pelo menor preço global.

8.1 - RESCISÃO:



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
CNPJ 46.151.718/0001-80
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

Em caso da opção de rescisão contratual por parte da licitante vencedora a mesma deverá formalizar o pedido através de documento com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, devidamente justificado.

09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

No estudo técnico preliminar foi elaborada a estimativa de preços considerando três cotações realizadas junto às empresas de Segurança e Medicina do Trabalho da região de Birigui. Através da estimativa de preços, o valor médio da contratação seria R\$ 320.093,33.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O objeto da contratação está dentro do planejamento anual e inserido no Plano de Contratações Anual de 2023, com início no primeiro semestre. As despesas serão pagas através da ficha de dotação 78 de 2023, usada no pagamento de prestação de serviços de Pessoa Jurídica.